

A expansão e interiorização do ensino superior público no Paraná: o caso da região de Guarapuava/PR (1970-1990)

The expansion and interiorization of public higher education in Paraná: the case of the Guarapuava / PR region (1970-1990)

Anderson Szeuczuk ¹
João Carlos da Silva ²

Resumo

Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “História do ensino superior público na região centro-sul paranaense: a constituição da FAFIG/UNICENTRO em Guarapuava (1970-1990)”, defendida em 2016, com financiamento da CAPES. Tem como objetivo discutir a interiorização do ensino superior público no Estado do Paraná, examinando seus determinantes sociais e políticos na constituição do ensino superior público na região centro-sul paranaense a partir de 1970. Tem como referência de estudo a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG), atualmente Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), fundada em 1990 no contexto da expansão da educação superior paranaense, a partir de especificidades locais e regionais. No processo de constituição das Instituições de Ensino Superior (IES), interesses diversos se entrecruzaram, desde os aspectos político-eleitorais, passando pelas demandas sociais e econômicas e pela luta da educação como direito.

Palavras-chave: Ensino superior; Interiorização; Paraná.

Abstract

This article is part of the master's thesis entitled "History of public higher education in the south-central region of Paraná: the constitution of FAFIG/UNICENTRO in Guarapuava (1970-1990)", defended in 2016, with funding from CAPES. It aims to discuss the interiorization of public higher education in the State of Paraná, examining its social and political determinants in the constitution of public higher education in the south-central region of Paraná since 1970. It has as a study reference the Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava (FAFIG), currently Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), founded in 1990, in the context of the expansion of higher education in Paraná, based on local and regional specificities. In the process of constituting Higher Education Institutions diverse interests intertwined, from the political-electoral aspects, through the social and economic demands and the struggle of education as a right.

Keywords: Higher education; Internalization; Paraná.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, Campus de Cascavel, Mestre em educação e professor da rede pública estadual de ensino do Paraná. E-mail: ander1957@yahoo.com.br

² Pós-doutorado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Atualmente é professor no Colégio de pedagogia e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Cascavel. É membro do Grupo de pesquisa HISTEDOPR- História, sociedade e educação no Brasil - GT Oeste do Paraná, Cascavel. Atua na área de Educação, com ênfase em História da Educação, nos temas: questões teórico-metodológicas da história da educação, história da escola pública, instituições escolares, fontes e arquivos. E-mail: Joao.Silva@unioeste.br

Introdução

A educação superior no Brasil, até a década de 1950, era predominantemente ofertada por instituições centralizadas em regiões com maior densidade populacional. No Estado do Paraná a interiorização desencadeou-se a partir dos anos 1970, por meio de políticas públicas voltadas à criação das fundações educacionais de direito privado. Assim, nesse período, a educação foi mediada pela implementação de instituições isoladas, que facilitaram o acesso a este nível de ensino àqueles que não tinham possibilidade de migrarem para regiões que tinham estas instituições como as grandes cidades.

Esse cenário deve ser entendido mediante a intensificação do desenvolvimento nas regiões urbanas à medida que são criadas faculdades e universidades que facilitam o acesso de maior número de pessoas à uma formação superior, em face das novas demandas da indústria e do comércio.

A constituição de uma universidade expressa o jogo de forças e de interesses nem sempre explícitos aos olhares da sociedade. Nesse sentido, o estudo acerca do histórico de uma instituição de ensino local deve considerar uma diversidade de elementos do momento histórico em que a mesma foi instituída. No Estado do Paraná esta realidade não é diferente. Todavia, as especificidades regionais merecem abordagens em consonância com o contexto nacional.

Na criação das IES, os grupos hegemônicos reivindicavam espaço pela representatividade. Nesse viés, de um lado, evidencia-se o Estado, mediante suas lideranças políticas locais, que almejava o desenvolvimento econômico e social; de outro, os movimentos sociais em defesa da ampliação do acesso à universidade pública gratuita, passo importante para a democratização, os quais se intensificaram no sentido da criação de novas universidades estaduais no Paraná.

Este artigo tem como objetivo discutir a interiorização do ensino superior público no Estado do Paraná, examinando seus determinantes sociais e políticos na constituição do ensino superior público na região centro-sul paranaense a partir de 1970. Além de uma revisão bibliográfica sobre a temática tendo como principais referências Freitag (1979), Sheen (1986), Dourado (1997), Cunha (2007) e Saviani (2001) destaca-se fontes documentais tendo como base leis, decretos e relatórios junto ao Centro de Documentação e Memória (CEDOC). No processo de constituição das IES, interesses diversos se

entrecruzaram, desde os interesses político-eleitorais passando pelas demandas sociais e econômicas e pela luta da educação como direito.

O ensino superior e a modernização econômica no Paraná

O estado do Paraná até 1960, limitava-se a um setor industrial na transformação de produtos agrícolas, voltado às necessidades locais e regionais. Por meio de iniciativas no então governo de Ney Braga, o Estado ganharia este impulso na industrialização, pois até então contava somente com o ensino superior na capital Curitiba, e demais faculdades “isoladas” pelo interior, mas que estavam muito longe do padrão almejado de uma universidade:

É nesse contexto que o Estado do Paraná toma a iniciativa de criar universidades, tomando como referência, ao que parece, a experiência do Estado de São Paulo. Isto quer dizer que se procurou organizar universidades abrangendo, de forma equilibrada, suas três funções básicas (ensino, pesquisa e extensão), o que implicava a adoção da dedicação exclusiva como forma preferencial de regime de trabalho dos docentes [...] (SAVIANI, 2001, p.35).

Nos moldes do Estado de São Paulo, dentro de uma política de expansão econômica estadual e federal, na década de 1970, são criadas no Paraná as três universidades nas regiões norte, noroeste e centro, a saber: Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a partir da incorporação de instituições isoladas em torno de um órgão da administração central (PARANÁ, 1983).

Tal decisão caracterizou-se um importante avanço no setor educacional e social, um incentivo para interiorização do ensino superior:

No Paraná, a interiorização do ensino superior passou por três momentos distintos: o primeiro momento, iniciado ainda na década de 50 e que se estendeu até o final da década de 60, caracterizou-se pela criação de estabelecimentos isolados de ensino superior; o segundo momento, localizado no final da década de 60, caracterizou-se pela interiorização do ensino universitário através da criação de três universidades estaduais; o terceiro momento, que pode ser localizado a partir de 1975, caracterizou-se pela expansão de instituições de ensino superior municipal (SHEEN, 1986, p.04).

A formação dessas IES vinha acontecendo desde os anos 1960, com o surgimento de faculdades isoladas na região, criadas pela autorização do governo do Estado, em 1969 pela Lei nº. 6.034, de 06 de novembro de 1969, em seu art. 1º:

Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual de Londrina, a Universidade Estadual de Maringá, a Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Federação de Escolas Superiores de Curitiba e a Federação de Escolas Superiores de Apucarana, como resultantes da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado nas referidas cidades (PARANÁ, Lei 6.034 de 1969).

Dias (2001) afirma que a preocupação com uma Universidade vinha em consonância com melhores condições de vida resultantes do crescimento urbano. As primeiras universidades estaduais do Paraná surgem no final de 1960, e são reconhecidas no início da década de 1970. Mas por qual razão a partir desde momento há maior preocupação com este nível de ensino?

Para examinar tal questão é necessário considerar as condições econômicas, sociais e políticas do Estado após 1960. As universidades são criadas em meio a um contexto histórico específico, quando são necessárias para cumprir, em última instância, as funções requisitadas pelo sistema econômico social: “O ensino superior atual nasceu, assim, junto com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir, predominantemente, as funções próprias deste” (CUNHA, 2007, p. 71).

Nesse período, o Paraná contava com quatro escolas superiores: a Faculdade de farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, a Escola de Educação Física e Desportos do Paraná em Curitiba, o Instituto Técnico de Química Industrial de Curitiba e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em Ponta Grossa (PARANÁ, 1958).

Dourado (2001) aponta que, após 1960, as instituições superiores na modalidade de “fundação” municipal tiveram uma ampliação demasiada nas cidades do interior do Brasil, semelhante ao que aconteceu nos Estados de Goiás e Santa Catarina. No Estado do Paraná verificou-se a ampliação das instituições estaduais na modalidade Fundação.

O governador paranaense Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1965), em mensagem à Assembleia Legislativa do Estado, em 1º de maio de 1961, assim dizia sobre o ensino superior:

Nos cursos secundários observamos uma concentração de esforços nos ginásios, escolas normais e cursos técnicos de comércio. Praticamente nada existe em relação ao ensino técnico profissional, quer industrial quer agrícola. O Paraná vem formando candidatos ao ensino superior, mas se descuidou inteiramente da formação de pessoal habilitado e especializado para os setores dinâmicos da economia. No ensino superior, podemos classificar de errônea a política seguida até agora. Lançou-se o Estado a criar faculdades, sabendo de antemão que não possuía recursos para equipá-las, que não possuía pessoal suficiente para poder colocá-las em funcionamento eficiente. Ainda mais. Em uma conjuntura como a presente, em que a demanda de técnicos é gritante em todo país, escolheu o Paraná de preferência escolas superiores do tipo

tradicional. Um estado que depende da agricultura, não viu criada nenhuma escola superior deste ramo (PARANÁ. 1961, p.34).

Como percebemos, o governador teceu críticas aos administradores anteriores e à política posta em prática até então, ao considerar que as poucas IES criadas não estavam alinhadas aos interesses do Estado e da economia. Ainda destacou a escassez de técnicos especializados no campo da agricultura:

Temos, de um lado, a economia agrícola de subsistência, que aliada à extração vegetal (mate e madeira), representa a primeira expansão da economia paranaense. Esse tipo de estrutura permanece em quase todo o Leste e Sul do Estado. Sobre essa estrutura penetrou, há menos tempo, a economia agrícola exportadora (café), que em poucas décadas desbravou o Norte do Estado, e hoje alcança seus limites máximos de expansão geográfica no território paranaense. Mais recentemente ainda, penetrou no Paraná o transbordamento da economia agrícola de mercado interno do Rio Grande do Sul, que hoje desbrava as extremidades Oeste e Sudoeste do Estado. São as características específicas dessas três estruturas, por si mesmas, e em choque umas com as outras, que definem a economia paranaense de hoje (PARANÁ, 1961, p.3).

O Estado do Paraná, na década de 1960, embora ainda contasse com uma economia baseada na extração de erva-mate e madeira, apresentava a cafeicultura como importante meio de subsistência, incorporando posteriormente a produção de soja e milho. Evidenciava-se a carência de profissionais devidamente habilitados dessas áreas do conhecimento. Em mensagem de 1962, o mesmo governador destacava:

As escolas superiores mantidas pelo Estado são de formação de carreiras tradicionais: de direito, de educação física, de belas artes, de odontologia e de farmácia, de filosofia e de ciências econômicas. Tôdas elas encontramos carentes de instalações, de equipamento e de recursos técnicos e financeiros. Muitas com apenas autorização provisória de funcionamento e necessitando até de organização definitiva do seu corpo docente. Recebemos ainda há pouco, quando da instalação da Universidade Volante, em Londrina, a reivindicação da população da região norte do Paraná, no sentido de que sejam agrupadas, em uma universidade regional, as diversas escolas e faculdades já em funcionamento naquela região. Em atendimento inicial à solicitação, determinamos à Secretaria de Educação e Cultura o estudo da possibilidade de ser concretizada a idéia e em termos que consultasse aos interesses do Paraná e do País (Sem grifes) hoje (PARANÁ, p.60).

Muitas vezes, quando se analisa a gênese dessas universidades, avultam os discursos de lideranças políticas, como se fossem constituídas a partir da vontade de um ou outro agente, não levando em conta que foram resultantes de um jogo de forças que se entrecruzaram a partir de pressões locais frente ao Estado.

A interiorização

Após a década de 1970 ocorre um crescimento considerável nos estabelecimentos de ensino superior privado no Brasil, havendo uma verdadeira proliferação das instituições de ensino isoladas no interior do Brasil, como destaca Vahl:

Embora a legislação vigente tenha determinado que a forma para a expansão do sistema educacional a nível superior seja a ‘universidade’ e que este, só excepcionalmente, poderia ser ministrado em "estabelecimentos isolados", o que presenciamos, na realidade foi a expansão desordenada do ensino superior, através da proliferação não planejada de IES isoladas particulares. É absolutamente compreensível que os novos empresários do ensino superior tenham preferido atuar sob a forma de “estabelecimentos isolados”, pois a criação e implantação de uma ‘universidade’ exigiriam grandes investimentos em recursos humanos, materiais e financeiros (VAHL, 1980, p.102).

.O setor privado percebia na legislação onde excepcionalmente o ensino poderia ser ofertado em “estabelecimentos isolados”, a oportunidade de expansão. Como visto, no Paraná, durante muito tempo, a única oportunidade de acesso ao ensino superior era pelo acesso à Universidade do Paraná com sede na capital Curitiba.

Essas instituições traziam uma grande satisfação para a comunidade local na melhoria das condições de vida e oportunidades para aqueles que frequentassem o ensino superior. Instalavam-se em regiões com concentração populacional, facilitando o acesso à um curso superior:

A interiorização do ensino superior, iniciada na década de 1950, acentuou-se tendo como um dos motivos básicos a criação de facilidades ou a busca de clientela. Outra resposta à estabilidade da demanda foi a ampliação acentuada do número de cursos e a fragmentação de carreiras pelo setor privado para colocar novas ofertas ao mercado e com isso atrair clientela. A fragmentação de carreiras (em várias áreas do conhecimento) torna os cursos menos dispendiosos e converge para o que acontece em algumas áreas em outros países (MARTINS, 2002, p.6).

A criação das IES, mesmo em forma de faculdades nessas regiões, trazia uma perspectiva de progresso. Na maioria das vezes, essas instituições foram resultantes da pressão social dos setores médios da sociedade e interesses políticos de seus idealizadores, sendo raramente projetadas e planejadas por um poder central:

O processo de interiorização geográfica do ensino superior, através da criação e da instalação de estabelecimentos desse nível de ensino, predominantemente, através de estabelecimentos isolados, efetivou-se sob o discurso de modernização e do desenvolvimento regional. Na esfera educacional e, particularmente, nas políticas expansionistas para o ensino superior, o fenômeno da interiorização é significativo. O crescimento dos grandes centros, a necessidade de fixação do homem nas cidades menores, as demandas por

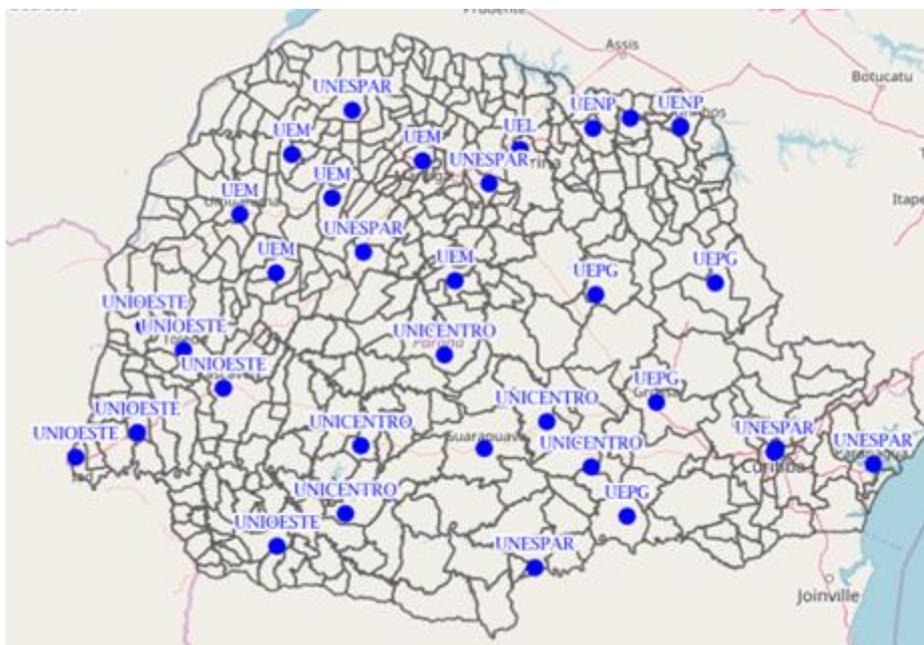
serviços de saúde e educação e, fundamentalmente, pela implantação de escolas superiores tem provocado a emergência de bandeiras em prol da defesa da interiorização (DOURADO, 1997, p.540).

As IES surgiram mediante um discurso necessário para modernização e crescimento regional, mas também para permanência dos estudantes nos municípios-sede. Era uma alternativa do governo para manter os cidadãos longe dos grandes centros urbanos, evitando o “inchaço” populacional nas capitais.

Foi nesse contexto que grande parte das IES se estabeleceu no interior do Estado, até então possível somente pelas instituições isoladas. Como instituições isoladas, entendemos as faculdades independentes de um órgão central de administração, embora na década de 1970 em sua maioria fossem privadas, também se contava com estabelecimentos isolados públicos federais, estaduais e municipais.

O Paraná, atualmente, conta com sete universidades estaduais. A Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). A seguir apresentamos o mapa com localização das Universidades, no ano de 2020.

Imagem 1 - Mapa das Universidades Estaduais do Paraná em 2020



Fonte: Universidades Estaduais do Paraná, 2020.

Cada uma dessas instituições formou-se pela incorporação de outros estabelecimentos de ensino superior. Situação semelhante ocorreu com a constituição das universidades paranaenses na década de 1970, em que o Estado organizava em estabelecimentos centrais e as instituições isoladas localizadas em regiões periféricas.

Embora o setor educacional seja uma área fundamental para o investimento público, contraditoriamente não tem sido setor estratégico no desenvolvimento nacional. Os setores industrial e de infraestrutura acabaram refletindo os projetos de governo. O Estado, ao reduzir sua atuação no ensino superior nas áreas consideradas supérfluas, abria caminho para a iniciativa privada. Os cursos mais teóricos, sobretudo a área de Humanas, ou “cursos de sala de aula”, não dependem de um investimento massivo por parte das faculdades:

[...] A expansão da rede particular nas áreas que, pela legislação e pelo planejamento oficiais, foram consideradas não prioritárias ou até supérfluas, como comunicação, pedagogia, administração, psicologia, sociologia, filosofia, letras, etc., se deve a esse novo tipo de demanda. Os cursos oferecidos nessas áreas podem tranquilamente funcionar à noite, porque exigem poucas instalações e têm à disposição recursos humanos de fácil recrutamento. Isso não vale para áreas como engenharia, veterinária, agronomia, etc., que exigem equipamentos dispendiosos e pessoal especialmente treinado; em consequência a oferta de vagas por parte das instituições privadas é bem menor ou inexistente (FREITAG, 1979, p. 111-112).

Por não demandarem grandes investimentos, esses cursos podiam funcionar em horário noturno com espaços físicos que não demandavam muita estrutura. Como verificado, um dos argumentos desta expansão decorria das facilidades que as instituições tiveram para sua expansão. Políticas federais e estaduais facilitavam o surgimento de faculdades em regiões periféricas nos Estados do interior do Brasil. Outra característica pauta-se na demanda por estudantes com instrução superior.

Para Lucchesi (2010), de 1964 a 1986 a sociedade, principalmente a classe média, exercia grande pressão sobre o Estado, à medida que o ensino superior era visto como possibilidade de melhoria de vida e importante meio de ascensão social. A exigência por educação e qualificação profissional após 1960 acarretou uma demanda social pela formação superior. Nesse sentido, as instituições públicas acabavam não absorvendo todos os candidatos que requeriam tal modalidade de ensino.

Este ato se tornaria um “hábito” pelos dirigentes da política educacional brasileira, afetando as estruturas das universidades. O agrupamento de estabelecimentos isolados de ensino em torno de uma “Universidade” acabava com a autonomia dessas instituições, tendo que, para isso, dirigir-se a um poder central, uma “Reitoria” para desenvolver

projetos, contratar professores, adquirir produtos e serviços. Isso intensificou-se com a Lei 5540 de 1968 em seu art. 8º:

Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento (BRASIL, Lei 5540 de 1968).

Isso intensificou-se com a Lei 5.540 de 1968, a qual não obrigava aos estabelecimentos isolados de educação sua incorporação às instituições maiores, as universidades. Havia uma recomendação, mas não proibia tal prática. Foi o que levou neste momento a uma proliferação de IES isoladas de qualidade duvidosa. Neste sentido, destacamos:

A interiorização aparece, nesse processo, como consequência inevitável da ampliação de oportunidades e serviços, apresentando-se como fator de consolidação e desenvolvimento de cidades interioranas. Esse processo de interiorização geográfica do ensino superior, através da criação e da instalação de estabelecimentos desse nível de ensino, predominantemente na forma de estabelecimentos isolados, efetivou-se sob o discurso de modernização e de desenvolvimento regional (DOURADO, 2001, p.21).

As IES são fundamentais para o desenvolvimento de uma região, no entanto, devemos levar em conta sua conjuntura e os determinantes locais em sua constituição. Ao referir-se sobre o ensino superior e a criação de novas IES, Cunha aponta:

À fragmentação das FECL resultou de um movimento de *autonomização* das diferentes seções dessas faculdades, que cresciam em tamanho e se diferenciavam pela própria lógica de desenvolvimento da ciência — especialmente a Física, a Química, a Matemática e a Biologia. Elas queriam, sobretudo, constituírem unidades próprias e terem sua representação específica no Conselho Universitário para expressarem o poder que alcançaram de fato no cenário científico e acadêmico, mas que a estrutura ignorava (CUNHA, 2000, p.130).

A partir disso consideramos que no Estado do Paraná havia uma tendência em reunir estabelecimentos isolados em torno de um órgão central, no entanto, essas instituições tinham suas particularidades e lutavam pela sua identidade em espaço organizado de diversas instituições. Outro elemento a ser considerado refere-se à preferência dos alunos:

Também os alunos, mais interessados nos diplomas que nos conteúdos transmitidos nos cursos, preferem as carreiras consideradas fáceis da área de *humanidades*, porque elas exigem, como acreditam, menos estudo e absorvem menos tempo de aula (FREITAG, 1979, p. 112).

No Estado do Paraná, a existência de faculdades estaduais em determinadas regiões também seria um empecilho à iniciativa privada. Essas instituições recebiam um montante de recursos do Estado, embora cobrassem mensalidades de seus alunos, não dependiam exclusivamente deste dinheiro para as suas funções. Esta questão justifica a inexistência de faculdades privadas em algumas regiões do estado até a década de 1990, essas instituições em regiões estratégicas não atrairiam o interesse do setor privado.

Formar um quadro funcional de professores bem preparados e dispostos a trabalhar em regiões distantes dos grandes centros urbanos poderia incorrer em grandes custos ao setor privado, que não poderia concorrer com uma faculdade estadual. A não criação de instituições superiores públicas ou gratuitas podia ser entendida como uma prática política para atender aos interesses de determinado grupo, que seria prejudicado com tal prática do Estado. Os alunos, ao não conseguirem vagas em instituições públicas, tendiam a procurar a iniciativa privada.

A clientela das instituições privadas, em sua maioria, necessita trabalhar durante o dia para que dessa forma tenha condições de pagar as mensalidades dos cursos. Nesta linha de raciocínio, o privado atendia aos interesses da sociedade, especialmente as demandas do mercado:

Passou a autorizar cursos superiores de faculdades isoladas e de fins de semana, oferecidos pelo setor privado a alunos desejosos de estudar para adquirirem, mesmo que formalmente, o título acadêmico. Assim conseguiu, sem investimentos e despesas maiores, garantir aumento substancial do número de vagas. O setor privado correspondeu, assim, tanto aos interesses do Estado como, aparentemente, aos interesses daqueles vestibulandos rejeitados pela rede oficial. Explorando e motivação educacional e o desejo de ascensão das classes subalternas, os estabelecimentos de ensino particulares passaram a fazer da educação um negócio. Esse negócio floria tanto mais, quanto mais aumentava o congestionamento diante das portas das universidades oficiais [...] (FREITAG, 1979, p. 110).

Este crescimento dos estabelecimentos isolados acarretou a precariedade da qualidade do ensino. Por um lado, a falta de docentes especializados para atuarem nas disciplinas dos novos cursos, por outro, estruturas precárias das novas instituições.

Em matéria intitulada “Vagas ociosas no ensino Superior”, publicado no *Jornal Esquema do Oeste*, em Guarapuava, afirmou o presidente do Conselho Federal de Educação, José Vasconcelos, em 1976, ao referir-se sobre a qualidade do ensino superior:

O presidente do CFE informou que aquele Conselho, no decorrer de suas sessões do corrente ano, procurará limitar ao máximo o número de vagas a serem autorizadas para os cursos superiores, esclarecendo que o total de aprovados em 1975 deveu-se ao fato de numerosos processos terem entrado na secretaria do CFE antes da nova determinação ministerial, que veio conter a proliferação de cursos, com evidentes prejuízos para o ensino. A queda da

qualidade do ensino superior brasileiro vem exatamente no momento em que as autoridades estão empenhadas em criar no país uma vigorosa indústria de base, para conter o alto dispêndio de dívidas com a aquisição dessas manufaturas no exterior. É indispensável para o crescimento dessa indústria de base, altamente sofisticada, que o ensino brasileiro apresente um alto programa de especialização, que não só beneficiara esse setor, como também as demais áreas das indústrias de transformação (JORNAL ESQUEMA DO OESTE, 01 a 17 mai. de 1976, N° 329, p.02).

Como destacado, esse rápido crescimento das instituições de ensino no País preocupava as autoridades federais, que percebiam os prejuízos que a baixa qualidade de ensino e a gestão precária poderiam trazer ao Brasil como um todo, levando o Governo a proibir novos cursos e novas IES em 1981.

As instituições isoladas também resolviam outro problema do governo, ou seja, as reivindicações do movimento estudantil, que tinha sua força principalmente nos centros urbanos onde as universidades eram maiores. Com instituições de ensino isoladas no interior do Brasil, seriam mínimas as possibilidades dos estudantes organizarem-se por melhores condições de ensino.

As instituições privadas, em sua maioria, funcionavam à noite, pois grande parte do público dessas instituições tinha que trabalhar durante o dia para ter condições de pagar os cursos. Esse público não demonstrava interesse, sequer tempo hábil, para participar de manifestações. No Estado do Paraná, ainda que as IES recém-criadas fossem públicas, eram pagas.

[...] No entanto, o ensino só era de fato gratuito nas instituições federais. As universidades estaduais e as faculdades isoladas, estaduais e municipais, cobravam anuidades, a despeito das subvenções que o governo do estado destinava às instituições por ele mantidas [...] (CUNHA, 1991, p. 250-251).

Velloso (1991) afirma que um dos pontos mais debatidos sobre a gratuidade do ensino superior público na década de 1980 pautava-se na questão da origem social dos alunos, pois os que dispunham de melhores condições financeiras, poderiam frequentar escolas particulares ou cursinhos preparatórios, disputando as melhores vagas nos vestibulares. Aos que trabalhavam o dia inteiro não dispo de tempo para preparar-se para um concurso vestibular, restavam apenas as faculdades particulares.

O processo de expansão do ensino superior em Guarapuava estava relacionado a um projeto de ampliação das instituições de educação superior em todo País. Não se desenvolveu de maneira isolada no interior do Paraná, mas estava articulado a um ideal de nação republicana, que vinha sendo delineado pelas elites econômicas e políticas desde o final da década de 1950.

Sobre esta questão em matéria no *Jornal Esquema do Oeste*, no ano de 1970, é possível verificar como as ações do governo federal foram intensificadas a partir deste ano com relação à educação em todas as modalidades.

Foi com este propósito que muitas “Faculdades de Filosofia” foram criadas em regiões interioranas. Em 1970, as cidades com maior densidade populacional passaram a instalar de universidades ou faculdades privadas, incentivando a “interiorização” do ensino superior.

As IES no Paraná, muitas vezes eram criadas não apenas atendendo à demanda social como um todo, mas em regiões com maior representatividade política e poder de pressão junto ao Estado. Por um longo período houve uma total inexistência de políticas públicas que organizassem a educação superior estadual (SCHMIDT, 1999).

O Estado, ao ser pressionado pelos diferentes setores da sociedade contrários à privatização, acabava aliviando esta tensão oferecendo meios para a iniciativa privada se desenvolver mediante legislação, como também pelo financiamento direto e indireto das faculdades.

Turmena (2009), ao analisar o ensino superior na região Sudoeste do Paraná diz:

Percebe-se que o aumento da população, devido à preocupação do Governo Federal em ocupar esta região, desencadeou na formação de trabalhadores para ocupações de docência (educação), administração e contabilidade de propriedades rurais (maioria) e de um comércio não tão sólido, mas com marcas de crescimento conjuntamente com o aumento da população (TURMENA, 2009, p.45).

Os cursos nas áreas de contabilidade, administração e formação de professores estavam voltados às necessidades expansionistas da região. Nesse sentido, entendemos a região de Guarapuava dentro de uma totalidade, estando vinculada a uma economia e política estatal e nacional, relacionada ao cenário internacional.

É evidente neste contexto a existência de incentivos federais e estaduais na ampliação das IES, que se justificavam pela pressão de diferentes segmentos da sociedade que reivindicavam o aumento de vagas na educação superior.

O governo federal fornecia condições para ampliação das IES, dando autonomia aos municípios e estimulando a iniciativa privada para a criação de novas faculdades. Foi neste contexto que se constituiu o ensino superior em Guarapuava, inicialmente como Fundação Estadual, e posteriormente se transformando em universidade.

Esta tendência também é identificada em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em 31 de março de 1970, pelo governador Paulo Pimentel ao mencionar sobre educação e cultura:

A valorização, do homem do interior é o ponto alto da programática do atual Governo foi levada a sério pelo setor público de sorte a estender às cidades mais longínquas do Estado as possibilidades culturais até então restritas quase que somente a capital (Sem Grifos) (PARANÁ. 1970, p.113).

Nessa mensagem o governo estadual pretendia ampliar as “possibilidades culturais” e interiorizar o ensino superior no Estado. As fundações de educação, também conhecidas como “Instituições isoladas”, supririam a demanda momentânea pela educação e formação universitária. O quadro a seguir mostra a situação das faculdades estaduais no ano de 1982, quanto ao número de vagas e matrículas efetivadas:

Quadro 1- Faculdades estaduais

MOVIMENTO DO VESTIBULAR NAS FACULDADES ESTADUAIS — 1982			
Instituições	Vagas Anuais Ofertadas	Candidatos Inscritos	Matrículas Efetivas
— Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana	1.200	1.062	996
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de C. Procópio	660	1.042	612
— Escola de Música e Belas-Artes do Paraná — Curitiba	160	458	152
-- Faculdade de Educação Musical do Paraná — Curitiba	180	525	180
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava	780	756	583
— Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro — Jacarezinho	70	631	70
— Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho	100	240	105
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho	475	587	435
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí	500	678	433
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de U. da Vitória	306	363	289
TOTAIS	4.431	6.342	3.866

Fonte: PARANÁ, Mensagem à Assembleia Legislativa, 1983.

A FAFIG/UNICENTRO no contexto da interiorização

É perceptível que a oferta dos cursos era inferior à demanda na maioria das faculdades estaduais. Verificou-se que em 1982 a procura pelos cursos de nível superior era pequena. Isso talvez se justificasse pela precariedade do acesso da população ao ensino secundário, não permitindo uma progressão de estudos, ou mesmo pela dificuldade financeira. As matrículas efetivas eram menores que as vagas ofertadas, embora fossem superiores ao número de inscritos.

A importância regional da FAFIG se apresenta no mesmo quadro, sendo a terceira colocada em matrículas efetivas no Estado do Paraná, no ano de 1982, ficando atrás da

Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana e Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Cornélio Procópio.

O quadro abaixo apresenta as instituições de ensino superior no Paraná em 1982, as Faculdades Estaduais isoladas e as duas universidades estaduais:

Quadro 2- Cursos e matrículas

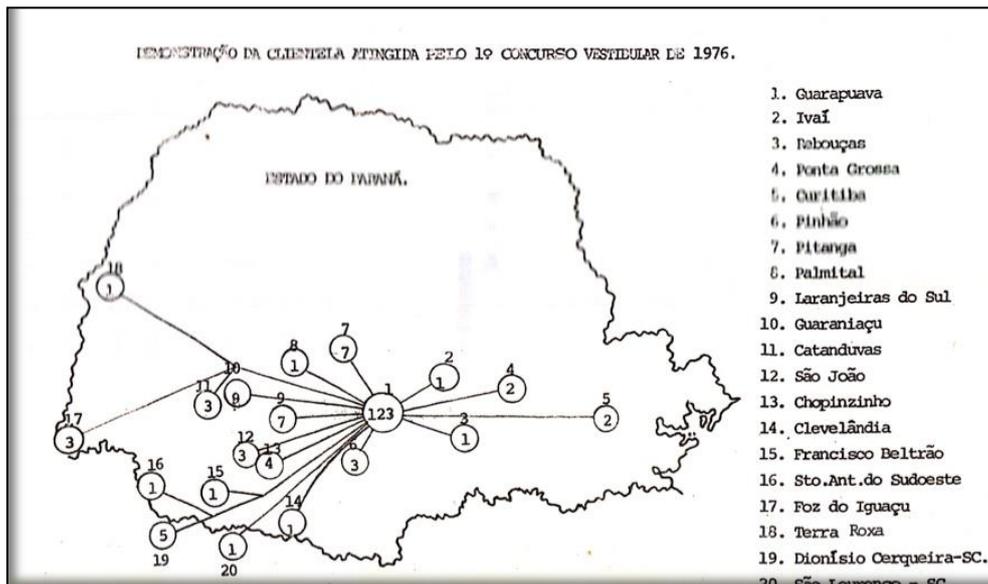
CURSOS DE GRADUAÇÃO E MATRÍCULA INICIAL — 1982		
Instituições	Cursos	Alunos
— Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana	4	1.314
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio	6	1.745
— Escola de Música e Belas-Artes do Paraná — Curitiba	4	367
— Faculdade de Educação Musical do Paraná — Curitiba	3	513
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava	8	1.109
— Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro — Jacarezinho	1	301
— Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho	1	260
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho	5	1.064
— Universidade Estadual de Londrina	29	9.816
— Universidade Estadual de Maringá	23	6.180
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá	6	1.198
— Universidade Estadual de Ponta Grossa	15	3.958
— Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória	5	697
TOTAIS	110	28.523

Fonte: PARANÁ, Mensagem à Assembleia Legislativa, 1983

Observou-se a importância das universidades neste quadro. A Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Maringá, contavam com mais de 50% o número de matrículas com relação ao restante das instituições do Estado. Destaca-se no quadro a relevância regional da FAFIG como a Faculdade Estadual com maior quantidade de cursos, ficando atrás apenas das universidades do Estado.

A fundação da FAFIG, fez com que estudantes de diferentes regiões viessem para Guarapuava, a fim de uma formação de nível superior. O mapa a seguir, do ano de 1976, ou seja, seis anos após a criação da IES, revela uma amostra sobre a presença e importância da instituição na região:

Imagem 2- Mapa concurso vestibular FAFIG 1976

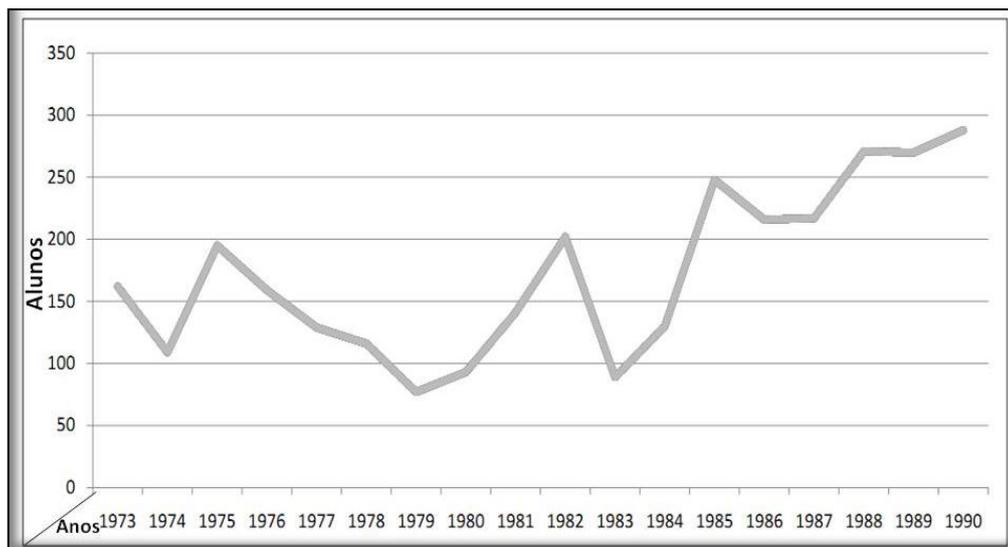


Fonte: FAFIG de (1976)

Observa-se como o campo de abrangência da faculdade é ampliado na busca pelo acesso ao ensino superior, estendendo-se para diferentes regiões do Paraná e do Estado de Santa Catarina. Também é evidente o número de alunos de cada região, embora predominante do município de Guarapuava.

O gráfico a seguir apresenta os concluintes da FAFIG/UNICENTRO entre 1973 a 1990. O ano de 1973 se justifica por ser o ano em que se forma a primeira turma na faculdade, estendendo-se até 1990 quando é constituída a UNICENTRO.

Gráfico 1 - Concluintes da FAFIG/UNICENTRO



Fonte: Dados alunos da UNICENTRO, com adaptações pelo autor.

Observa-se um declínio no número de concluintes em 1979 e 1983. Este fenômeno da queda de mais de 33% de alunos formados ocorre principalmente pela autorização de novos cursos na instituição, como Licenciatura em Ciências e Pedagogia. Também é possível que candidatos, em vez de ingressarem nos cursos já existentes, preferiram aguardar a abertura de novos cursos, como de Administração de Empresas e Ciências Contábeis.

Outro ponto a ser considerado dentro desta linha de pensamento está relacionado à crise econômica que o Brasil vivia na década de 1980: “Em 1983, a crise do sistema econômico brasileiro iniciada em 1979 agravou-se e contribuiu para que o processo de transição democrática se completasse [...]” (BRESSER PEREIRA, 2003, p. 229). Segundo o autor, uma crise fiscal que se desenvolvia devido ao montante da dívida externa pública acumulada pelos Estado.

Resultante de um processo de gestão elaborado pelo governo militar, de um lado pelas elevadas taxas de juros resultantes da dívida interna, de outro pelo custo do “milagre econômico”. A educação foi beneficiada e também responsável, como afirma Cunha (1991, p. 321), “[...] das isenções tributárias, das transferências diretas e indiretas, dos empréstimos a juro negativo e dos subsídios do fundo perdido”.

Nesta linha de pensamento, Cunha (1991) aponta que, embora o empresariado acusasse o Estado desta “má gestão”, também seria um dos beneficiários com esses recursos e do esgotamento do setor público. Na FAFIG verificamos no quadro a seguir o número de concluintes dos cursos ofertados pela IES de 1973 a 1990:

Quadro 3- Concluintes da graduação FAFIG (1973-1990)

Período	Administração	Ciências Contábeis	Ciências lic. 1º grau	Ciências lic. Pl. Matemática	Geografia (licenciatura)	História	Letras port. francês	Letras port. inglês	Letras Port. liter	Matemática	Pedagogia	Total por ano
1973	-	-	-	-	38	40	-	48	-	36	-	162
1974	-	-	-	-	31	25	-	36	-	17	-	109
1975	-	-	-	-	45	49	14	57	-	30	-	195
1976	-	-	-	-	14	27	26	32	21	21	-	159
1977	-	-	-	-	24	28	9	21	21	26	-	129
1978	-	-	-	-	25	12	6	29	11	33	-	116
1979	-	-	20	-	13	3	2	19	7	13	-	77
1980	-	-	19	1	21	7	-	4	8	36	33	93
1981	-	-	36	5	16	31	-	15	13	-	25	141
1982	-	-	39	11	32	14	-	12	12	-	82	202
1983	-	-	16	13	11	1	-	4	6	-	38	89
1984	-	-	15	11	28	7	-	4	7	6	52	130
1985	46	61	14	3	15	16	-	10	6	14	63	248
1986	48	50	11	10	19	23	-	10	3	14	28	216
1987	46	43	20	2	23	23	-	8	3	20	29	217
1988	49	58	26	6	26	34	-	19	10	19	24	271
1989	38	51	22	5	40	30	-	22	14	18	30	270
1990	47	56	22	1	36	47	-	19	18	17	25	288
Total por Curso	274	319	260	68	457	417	57	369	160	320	429	3112

Fonte: UNICENTRO (2015), com adaptações pelo autor.

É possível verificar que, inicialmente, o número de concluintes em 1973 foi de 162 graduados, crescendo e decrescendo ao longo dos anos. decorrer dos anos, e 288 em 1990. Observamos que os cursos com mais formandos de 1970 a 1990 foram, respectivamente, o curso de Geografia, com 457 formandos, pedagogia, com 429 formandos e história, com 417 formandos.

Os cursos sem dados se devem aos mesmos ainda não terem sido autorizados, ou não houve número mínimo de candidatos, ou, ainda, foram extintos, como é o caso do curso de Letras Português/Francês, que formou sua última turma em 1979.

No decorrer dos anos novos cursos foram criados, o que produziu a solidificação da instituição em 1990, sendo autorizada a transformação da FAFIG em Universidade pela Lei Estadual nº 9.295/1990:

Por meio da Lei nº 9295, de 13 de junho de 1990, foi instituída a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com sede e foro na cidade de Guarapuava, entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, FAFIG, e da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, FECLI. Por meio do Decreto nº 3444, de 08 de agosto de 1997, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 5.063, de 8 de agosto de 1997, foi reconhecida a Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, com sede e Campus na cidade de Guarapuava e Campus na cidade de Irati (PARANÁ, Lei 9295 de 1990).

Conforme verificado, a FAFIG foi fundamental no processo de modernização da região sudoeste do Estado e crescimento do município de Guarapuava, desenvolvendo em pleno cenário político da ditadura civil-militar, enquadrando-se ao novo ideal de universidade, posta em prática pela legislação vigente.

Considerações finais

O ensino superior no Estado do Paraná passou por um processo de ampliação após a década de 1960. Parte dessas instituições surgiu em decorrência de maior representatividade política regional diante do governo estadual. Destaca-se que a interiorização da educação superior no Estado do Paraná foi mediada pela implementação de instituições isoladas, que facilitaram o acesso a este nível de ensino a pessoas que não tinham possibilidade de migrarem para regiões que tinham universidades.

A criação das IES em regiões específicas caracterizou um marco na consolidação da história da educação nas regiões em que estavam inseridas, atraindo estudantes de diversas regiões que almejavam por um curso superior. Percebe-se que no Estado do Paraná o ensino superior constituiu-se predominantemente a partir de fundações estaduais, muitas destas posteriormente levariam à formação de novas universidades.

As transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na sociedade brasileira, principalmente após a década de 1960, conduziram as classes médias, mais que qualquer outra, a pressionar as lideranças políticas pelo acesso e aplicação de vagas no ensino superior.

Conseqüentemente, conta-se com a modernização de ensino, visando principalmente ao atendimento desta demanda e à formação de recursos humanos qualificados para suprir as necessidades econômicas emergentes. Nesse cenário, o Estado teve papel importante na elaboração de políticas educacionais que visaram a minimizar as desigualdades decorrentes do capitalismo monopolista.

A não presença do Estado ou sua ineficiência caracteriza-se uma prática liberalizante, abrindo possibilidade de ação do privado em detrimento do público. Em decorrência disso, a escola e a universidade refletem esta realidade material e acabam sendo meras reprodutoras do sistema capitalista.

Verifica-se que o ensino superior gratuito não convinha aos interesses do setor privado, que perderia grande parte de sua “clientela” para as universidades públicas, vistas como concorrentes. Desse modo, o empresariado continuaria exercendo sua influência no meio político para a concessão de bolsas e isenção de tributos nestas instituições. Outro ponto é decorrente da facilidade da criação de cursos que convêm aos interesses do mercado.

Parte-se do pressuposto de que toda instituição de ensino está vinculada a uma realidade material, devendo ser compreendida em sua totalidade. Visamos à leitura dos fenômenos educacionais considerando as diversas determinações que embasam este contexto. A análise de uma instituição de ensino local nos leva a compreender sua diversidade social e cultural.

A história, movida pelo antagonismo de classes, cerne e “motor da história”, apresenta interesses diversos e antagônicos. No processo de constituição das universidades, interesses diversos se entrecruzam. Desde os interesses político-eleitoreiros, passando pelas demandas sociais e econômicas e pela educação como direito. Verifica-se, por meio das fontes, que em diferentes momentos, seja em sua fundação, criação de novos cursos, as forças políticas sempre estiveram presentes.

Pode-se afirmar que essa tem sido uma característica da cultura política. Não se desconsidera que não teve importância no projeto de autorização de novos cursos e da universidade, entretanto, não foi a única força que consolidou este projeto. Portanto, queremos dizer com isso que sua materialização não foi um ato de um governador, mas o resultado de um conjunto de forças que levaram à sua constituição.

Nos anos 1990, a Reforma do Estado brasileiro, na justificativa de modernizar e racionalizar as atividades estatais, enfatizou o mercado como modelo de eficiência e produtividade. No âmbito da universidade pública, assistimos ao encolhimento das lutas democráticas dos direitos e ampliando o espaço privado. No contexto do capitalismo atual tem-se a fragmentação e fragilização de todas as esferas da vida social a partir das ameaças de destruição das conquistas alcançadas no campo do ensino público.

Nesta conjuntura, urge defender a universidade pública, gratuita e de qualidade com o respaldo da sociedade, no sentido de reafirmar sua relevância para a nação. Ainda que reconhecendo suas mazelas, cabe reivindicar o livre exercício da reflexão crítica acerca dos acontecimentos, defendendo sua função autônoma como produtora do conhecimento científico, não devendo se levar pelas forças econômicas ou político-eleitorais ou ideológicas.

Referências

BRASIL, Lei 5540 de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm> Acesso em: 29 de jun. de 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: Editora 34, 2003.

CUNHA, Luis Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à Era Vargas. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Luis Antônio. **Ensino Superior e universidade no Brasil**. Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

DADOS ALUNOS DA UNICENTRO: Disponível em: <http://www.unicentro.br/dirai/CONCLUINTES_HIST_RICO_UNICENTRO_2013_537224afcde3d.pdf> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

DIAS, Reginaldo Benedito. O movimento estudantil da UEM e a luta pela universidade pública democrática e gratuita. *In*. SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (org.). **Recortes da história de uma Universidade Pública**: o caso da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: EDUEM, 2001, p.235-294.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: UFG, 2001.

DOURADO. Luiz Fernandes. **Expansão e interiorização da Universidade Federal de Goiás Nos Anos 80**: A Parceria com O poder Público Municipal. Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil. Faculdade de Educação - UNICAMP - Campinas – SPd e 14 a 19 de dezembro de 1997, p.539-550.

FAFIG. Relatório interno da FAFIG de 1976. Disponível em CEDOC. Consulta 2015.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 3ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

JORNAL ESQUEMA DO OESTE, 01 a 17 mai. de 1976, Nº 329.

LOPES, Gileyde Geyde F. Castro. **A industrialização no Paraná e a educação profissional: um estudo do sistema SENAI/SESI (1970-1990)**. Dissertação de mestrado em educação. UEL. LONDRINA 2010.

LUCCHESI, Martha Abrahão Saad. **As Instituições Municipais de Ensino Superior no Estado de São Paulo**: Categorias Jurídicas E Acadêmicas, 2010.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais.** Acta Cirúrgica Brasileira, v. 17, p. 04-06, 2002.

PARANÁ. Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná de 1958. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1958_Governo_MFN_947.pdf> Acesso em: 29 de jun. de 2020.

PARANÁ, Lei 6.034 de 1969. Disponível em: < <http://www.legislacao.pr.gov.br/> > Acesso em: 29 de jun. de 2020.

PARANÁ. Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná de 1961. Disponível em:<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_mfn_1661.pdf> Acesso em: 29 de jun. de 2020.

PARANÁ. Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná de 1962. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1962_mfn_1661.pdf> Acesso em: 29 de jun. de 2020.

PARANÁ. Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná de 1970. Disponível em:<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1970_mfn_1661.pdf> Acesso em: 29 de jun. de 2020.

PARANÁ. Mensagem à Assembleia Legislativa. 1983. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1983_Governo_MFN_864.pdf> Acesso em: 28 de jun. de 2020.

PARANÁ, Lei 9295 de 1990. Disponível em: < <https://www.legislacao.pr.gov.br/Acesso> em: 28 de jun. de 2020.

SAVIANI, Dermeval. Apresentação. In. SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (Org.). **Recortes da história de uma Universidade Pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá.** Maringá: EDUEM, 2001,p.01-05.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SHEEN, M.R.C.C. **O Contexto da Política de Criação das Universidades Estaduais do Paraná.** Campinas, (Dissertação de Mestrado) UNICAMP, 1986.

TURMENA, L. **O público, o privado e o Estado sob a lógica do Capital: a expansão do Ensino Superior no Sudoeste do Paraná.** (Dissertação - Mestrado em Educação – Linha de Pesquisa: História e Políticas Educacionais) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.

UNICENTRO. 2020. Disponível em: <http://www.unicentro.br/dirai/CONCLUINTES_HIST_RICO_UNICENTRO_2013_537224afcde3d.pdf> Acesso em: 28 de jun. de 2020.

UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.geoseti.pr.gov.br/geoseti/pages/templates/initial_public.jsf?windowId=9a4> Acesso em: 28 de jun. de 2020.

VAHL, Teodoro Rogério. **A privatização do ensino superior no Brasil: causas e conseqüências.** Florianópolis: UFSC, 1980.

VELLOSO, Jacques. Introdução. In. VELLOSO, Jacques (Org). **Universidade pública: política, desempenho, perspectivas.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.